

ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA – IPRESA.

Aos treze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, às 13h30min, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina, localizado na Rua Armindo Pilhalmi, 1.121, 1º andar, Centro, nesta cidade, foi realizada a reunião com os membros do Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina - IPRESA e também do **consultor da Crédito & Mercado, o senhor Manoel Junior**, com o **objetivo de avaliar o cenário econômico do País e seus reflexos, analisando o cenário macroeconômico de curto prazo e as expectativas de mercado, relatar e avaliar a situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa do mês de dezembro/2015, também distribuir, relatar e avaliar o Relatório mensal de Investimentos de dezembro/2015, definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência dezembro/2015, descontas as despesas administrativas (cujo vencimento se dará em 13 de janeiro de 2016, hoje), definir aplicação de valores recebidos do Comprex, bem como relatar sobre aprovação da Lei Municipal nº 993, de 06 de janeiro de 2016, a qual dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Santa Albertina com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, discutir a avaliação da carteira de investimentos, relatar sobre nomeação de agente responsável pelo Controle Interno do Instituto de Previdência, distribuir, relatar e avaliar o Relatório Analítico dos Investimentos em dezembro, 4º Trimestre e ano de 2015** .

Deu-se início a reunião constatando-se a presença dos seguintes membros do **Comitê de Investimentos**: Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Rosângela Marisa Tezzon e Sebastião Batista da Silva, **Diretoria Executiva**: Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Rosângela Marisa Tezzon e Célia Maria Bassi, **Conselho Deliberativo**: Ellen Sandra Ruza Polisel, Osmar Games Martins, Silmara Porto Penariol, Carlos César de Oliveira e Sebastião Batista da Silva e do **Conselho Fiscal**: Sônia Aparecida Fiorilli, Isvaldir Lopes Veigas e Izuméria Aparecida da Costa Prajo. Observou-se um movimento muito parecido com o mês de novembro, os principais ativos negociados no mercado financeiro brasileiro recuperavam-se de forma robusta e consistente durante a primeira metade do mês de dezembro, ancorados pela notícia da abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. A deflagração do processo dominou o noticiário, com os demais assuntos que teriam o dom de fazer preço sobre os ativos ficando à margem. O processo de impeachment da presidente foi aceito pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, ao acolher o requerimento formulado pelos juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior. Após meses de ameaças e negociações com o Planalto para evitar a abertura de processos contra ambos, Eduardo Cunha “jogou a toalha” após a bancada do PT na Câmara divulgar oficialmente que votará a favor da abertura de um processo de cassação contra ele no Conselho de Ética da Casa. Também repercutiu no mercado a notícia sobre o envio, pelo vice-presidente Michel Temer, de uma carta endereçada a Dilma Rousseff em caráter pessoal. No documento, Michel Temer apontou episódios que demonstrariam a "desconfiança" que

o governo tem em relação a ele e ao PMDB. Apesar da declaração atenuante do vice presidente, ao afirmar que a intenção é de reunificar o país, a sensação de ruptura na alta cúpula do governo permeou o imaginário dos investidores, e deu como altamente provável a divisão do PMDB, principal partido da base governista, em relação ao apoio ao processo de impeachment. Entretanto, o mercado “virou” e passou a operar no vermelho em meio ao nervosismo dos investidores após a presidente Dilma Rousseff enviar ao Congresso uma proposta para reduzir a meta de superávit primário (economia para pagar os juros da dívida) de 2016 para 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), diante dos 0,7% defendidos pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy. O clima de pessimismo se consolidou com o rebaixamento da nota brasileira pela Fitch Ratings. A agência de risco rebaixou a nota soberana do Brasil de BBB- para BB+, primeiro degrau da escala de grau especulativo da agência. A perspectiva da nota permanece negativa, o que sugere que novos cortes podem acontecer no futuro. Assim, a Fitch se juntou a Standard & Poor's (S&P), que tirou o grau de investimento do Brasil em setembro deste ano. Em nota, a Fitch afirmou que o corte reflete a perspectiva de um aprofundamento da recessão acima do esperado, o contínuo desenvolvimento adverso do cenário fiscal e o crescimento das incertezas políticas, que pode atrapalhar ainda mais a implementação das medidas fiscais que poderiam estabilizar o crescimento da dívida. Diante dos fatos, o mercado não se surpreendeu com o anúncio da saída do ministro Joaquim Levy, que deixou a pasta da Fazenda. Em seu lugar, a presidente nomeou o ministro do Planejamento Nelson Barbosa. Sua primeira providência, antes mesmo da cerimônia da posse, foi tentar tranquilizar os mercados. Em teleconferência com investidores, reafirmou o compromisso com a meta de superávit primário equivalente a 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2016 e defendeu a reforma da Previdência, considerada "crítica". A partir de agora, o mercado espera que o Planalto leve ao Congresso um pacote efetivo de medidas de ajuste das contas públicas. No campo da economia, alguns importantes indicadores foram divulgados. O IBGE divulgou o IPCA-15 de dezembro, que apresentou um avanço de 1,18%, contra expectativa mediana de 1,12%, acelerando em relação aos 0,85% de crescimento registrados em novembro. No ano, o IPCA acumula alta de 10,71%. Também foi conhecido o IBC-Br, considerado pelo mercado uma prévia do PIB brasileiro. O índice caiu 0,63% em outubro, enquanto a expectativa dos economistas consultados pela Reuters era de queda de 0,50%. Em relação aos dados de emprego, o País fechou 130.629 vagas em novembro, de acordo com o Caged. O número representa uma queda de 0,32% no total de trabalhadores formais, em comparação com o resultado do mês anterior, já que em outubro, o número de empregos havia decrescido 0,42% (169.131 postos a menos), em relação a setembro. No acumulado do ano, o nível de emprego formal apresenta um recuo de 945.363 postos de trabalho (-2,29%) e, nos últimos 12 meses, a variação negativa chega a 3,66% (-1.527.463 postos). No “front” externo, destaque para a reunião do Federal Reserve (Fed, o Banco Central americano), que agiu como era esperado ao elevar a taxa básica de juro. Em decisão unânime, o comitê elevou os juros dos EUA em 0,25 ponto percentual, marcando uma guinada na política monetária dos Estados Unidos. Nos últimos 7 anos, os juros haviam sido mantidos em patamares extremamente baixos – entre zero e 0,25% - com o

objetivo de estimular uma retomada da economia após a crise dos subprime de 2008 que decretou a falência do Banco Lehman Brothers. O Ibovespa acumulou perda de -3,93% em dezembro, fechando o mês aos 43.349 pontos. Além da decepção de investidores com o cenário macroeconômico e político no país, tem pesado sobre a bolsa a fraqueza de preços de commodities. Do exterior, a expectativa da primeira alta de juros em quase uma década pelos Estados Unidos, confirmada agora em dezembro, somou-se à desaceleração da economia da China como fator de pressão negativa nos preços de commodities, como petróleo e minério de ferro. O índice amargou prejuízo pelo terceiro ano consecutivo, com queda de -13,31% em 2015. De 2012 para cá, a queda acumulada é de -29%. O resultado da bolsa brasileira em 2015 refletiu o desempenho negativo de duas das principais empresas brasileiras, Petrobrás e Vale, cujas ações têm grande representatividade no Ibovespa. Os papéis da petroleira, que vive uma de suas piores crises com a Operação Lava Jato e a perda de capacidade de investimento, caíram 32,73% (PN) e 10,32% (ON). No caso da mineradora, que sofre com a queda no preço das commodities e com os reflexos do acidente em Mariana (MG), o prejuízo foi ainda pior: queda de 37,63% (ON) e 43,56% (PNA) no ano. Na esteira do Ibovespa, outros índices da bolsa brasileira também amargaram prejuízo. Como é o caso do Índice de Dividendos - IDIV, que recuou -3,90% no mês. No ano, o índice acumulou queda de -27,55%. Já o índice Small Cap – SMLL encerrou o mês com baixa de -5,57%, enquanto no ano o tombo foi de -22,59%. O volume financeiro médio diário negociado na Bovespa em dezembro atingiu R\$ 6,63 bilhões, queda de 15% sobre o mesmo mês do ano anterior, porém avançou 4,2% sobre novembro. Já o número médio de negócios diários ficou em 819.879, queda de 4,5% na comparação anual e de 15,2% sobre novembro. A fatia de investidores estrangeiros nos negócios recuou de 53,2% em novembro para 51,1% em dezembro, enquanto a dos investidores institucionais, que têm a segunda maior participação, subiu de 26,4% para 29,4%. Os investidores pessoas físicas passaram de 13,7% do mercado em novembro, para 11,9% em dezembro. 3 de 5 O valor de mercado das 359 empresas listadas ficou em R\$ 1,9 trilhão em dezembro, ante R\$ 2,03 trilhões em novembro, para 358 empresas. Renda Fixa No mercado de juros futuros negociados na BM&FBovespa, a valorização dos preços, especialmente nos vértices mais curtos, teve como influência os mesmos motivos que fizeram as bolsas oscilarem durante o mês. Os juros curtos operaram próximos a estabilidade, e os contratos de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento em janeiro/2017 encerraram o mês cotados a 15,87%, ao passo que o DI para janeiro de 2021 fechou a 16,62%. Dentre os investimentos de renda fixa, que têm sua forma de remuneração definida no momento da aplicação, destaque negativo para as NTN-Bs mais longas, títulos públicos que pagam uma taxa de juro pré-fixada, mais a variação da inflação, medida pelo IPCA. Enquanto a rentabilidade do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2035 (NTN-B) registrou queda de 1,35% no mês, o retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2050 (NTN-B) despencou -3,01%. Na família de índices IMA, o IMA-B, que reflete a carteira indexada ao IPCA, apresentou valorização de 1,52%. Enquanto o IMA-B 5, que registra o retorno médio dos títulos com vencimento de até 5 anos, valorizou 2,12%, o IMA-B 5+, carteira de títulos com prazo superior a 5 anos, subiu 1,12% no mês. Entre os papéis pré-fixados, a carteira de

títulos com prazo de até 1 ano (IRF-M 1) valorizou 1,18%, enquanto a carteira com títulos acima de 1 ano (IRF-M 1+) apresentou alta de 0.16%. Consolidando os resultados da família de índices IMA, o IMA-Geral apresentou valorização de 1,01% no mês. Na outra ponta, o Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), referencial das aplicações conservadoras, subiu 1,05%, acumulando ganho nominal de 13,20% no ano. O ganho foi garantido pela manutenção da taxa Selic em patamares elevados durante o ano. O dólar manteve a trajetória de alta observada ao longo do ano, e encerrou o ano cotado a R\$ 3,948 na venda, após a tradicional briga pela formação da Ptax, taxa calculada pelo BACEN que serve de referência para uma série de contratos cambiais. A decisão da agência classificadora de riscos Fitch Ratings em rebaixar a nota de crédito do Brasil e retirar o selo de bom pagador foi a gota d'água que faltava para que o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, deixasse a pasta, assumindo em seu lugar o economista Nelson Barbosa, então ministro do Planejamento. O nome não agradou o mercado, e contribuiu em parte para a alta de 1,58% do dólar em dezembro. Ele é visto no mercado como um discípulo do ex-ministro Guido Mantega, ou seja, que privilegia o crescimento em detrimento do corte de gastos. A divisa fechou o ano de 2015 como o melhor investimento, com valorização de 48,49%, registrando o quinto ano consecutivo de avanço do dólar em relação ao real, com alta acumulada no período de aproximadamente 140%. 4 de 5 Embora contenha forte componente doméstico, a valorização do dólar ante a maioria das moedas mundiais deu a tônica no ano. Entre 157 divisas de todo o mundo, o dólar só perdeu força ante 14. E entre as 24 principais moedas emergentes, apenas uma fechou em alta em relação à divisa americana em 2015 - o dólar de Hong Kong. O real foi a segunda moeda emergente que mais se desvalorizou em relação ao dólar, atrás apenas do peso argentino. A crise política e econômica que arruinou o Brasil dificulta qualquer previsão para 2016, mesmo para o curto prazo. O senso comum, e que domina o mercado, é que a turbulência do ano findo se arrastará para este ano. Na política, o país deve mais uma vez acompanhar as discussões sobre o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff a partir de fevereiro, quando termina o recesso parlamentar e judiciário, a continuidade da ladainha sobre o futuro de Eduardo Cunha no comando da Câmara dos Deputados, mais discussões sobre o ajuste fiscal e a divisão interna no PMDB. No campo da economia, o quadro mantém um viés pessimista na medida em que se observa o pouco que o governo tem a fazer. Sem as reformas estruturais que possibilitem um aumento de receitas e contenção de despesas, problemas como o desemprego e inflação tendem a permanecer no radar e os recursos necessários aos investimentos continuarão escassos. E os números estão aí para fundamentar esta perspectiva. O BACEN revelou em dezembro o mais recente Relatório Trimestral de Inflação – RTI, e a piora é evidente em relação ao relatório anterior de setembro. A autoridade monetária estima que o Produto Interno Bruto (PIB) terá uma retração de 3,6% em 2015 – se confirmado, será o maior recuo desde 1990. Em 2016, deve ocorrer uma nova queda, de 1,9%, incorporando na estimativa um cenário de incertezas associadas a eventos não econômicos. Já a inflação anual deve chegar a 9,2% no final do primeiro trimestre, mas recuar para 6,2% em dezembro – um pouco abaixo do teto. Para 2017, a estimativa é que a inflação encerre o ano em 4,8%. No front externo, o

ceticismo também se evidencia nas previsões do Fundo Monetário Internacional – FMI. O organismo projeta um crescimento econômico global decepcionante neste ano, fundamentado na perspectiva de aumentos sucessivos na taxa de juros dos Estados Unidos e da desaceleração econômica da China, que contribuem para um maior grau de incerteza e risco mais alto de vulnerabilidade econômica ao redor do mundo. Neste contexto, a recomendação para a renda fixa, é uma exposição da carteira para os vértices mais longos em no máximo 35% (no máximo 5% em IMA-B 5+ ou IDKA IPCA 20 A, no máximo 15% no IMA-B, e o restante no IMA-B 5). Os demais recursos devem ser direcionados para os vértices mais curtos, para ativos indexados ao CDI, IRF-M 1, ou IDKA IPCA 2A. Na renda variável, a recomendação é de uma exposição reduzida, pois não há percepção de melhora nos fundamentos que justifique elevar o risco da carteira no curto/médio prazos. Em seguida, foi relatada a **situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa referente ao mês de dezembro/2015** aos presentes, o qual foi avaliado e aprovado. Foi distribuído, relatado e avaliado o **Relatório Mensal dos Investimentos referente ao mês de dezembro/2015, onde se verificou que foram observados os critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.922/2010**, de 25 de novembro de 2010, expedida pelo Banco Central do Brasil, podendo-se confirmar que os investimentos do IPRESA estão todos enquadrados na legislação pertinente e o mesmo foi aprovado pelos membros. Em seguida foi distribuído, relatado e avaliado o **Relatório Analítico dos Investimentos em dezembro, 4º Trimestre e ano de 2015**, o qual foi analisado e aprovado pelos membros. Em seguida foi colocado em análise a **Avaliação da Carteira de Investimentos do Instituto de Previdência, a qual foi relatada pelo consultor da Crédito e Mercado, o senhor Manoel Junior, de forma a adequar a carteira de investimentos a atual conjuntura do mercado financeiro. Tendo sido verificado que a crise política e econômica que arruinou o Brasil dificulta qualquer previsão para 2016, mesmo no curto prazo, o senso comum, e que domina o mercado, é que a turbulência do ano findo se arrastará para este ano. No campo da economia, o quadro mantém um viés pessimista na medida em que se observa o pouco que o governo tem a fazer. Sem as reformas estruturais que possibilitem um aumento de receitas e contenção de despesas, problemas como o desemprego e inflação tendem a permanecer no radar e os recursos necessários aos investimentos continuarão escassos. Diante do exposto na Avaliação efetuada pela Crédito e Mercado, houve consenso entre os membros em reduzir a exposição ao IMA-B, especificamente no Fundo CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXAF LP, resgatando o valor de R\$2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais) e realocando no Fundo CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2ª TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP. Continuando relatou-se também a necessidade de definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência dezembro/2015 (cujo vencimento se dará em 13 de janeiro de 2016, hoje), descontadas as despesas administrativas e também definição da aplicação de R\$9.402,08 (nove mil quatrocentos e dois reais e oito centavos), recebidos do COMPREV. Conforme solicitação feita à consultoria Crédito & Mercado, foi confirmado que tendo em vista o comportamento do mercado financeiro é viável o investimento em**

fundo atrelado ao IRFM-1, CDI E IDKA IPCA 2A, tendo sido realizada pesquisa comparativa dos fundo citados, foi verificado que o Fundos IDKA IPCA 2A estão obtendo o melhor desempenho dentre as instituições credenciadas no Instituto de Previdência, conforme demonstram os relatórios anexados nas pastas próprias. Realizada uma pesquisa em torno dos fundos IDKA IPCA 2ª, foi verificado que entre os bancos credenciados neste Instituto foi verificado que o Banco do Brasil e a Caixa e possuem o mesmo. Na análise feita, conforme mostram os relatórios constantes dos arquivos de investimentos o Fundo **CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP** é o fundo com melhor desempenho no ano de 2015 – 15,50% contra 15,38,% do **FUNDO BB IDKA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO**. A ação visa aplicar a estratégia para este momento que indica uma carteira posicionada em ativos mais longos em torno de 35% (no máximo 5% em IMA-B 5+ ou IDKA IPCA 20A, o restante no IMA-B e IMA-Geral) e o restante em fundos de curto prazo, IRFM-1, CDI e IDKA 2. Com isso, os recursos oriundos do recolhimento previdenciário da competência dezembro/2015, cujo vencimento se deu hoje em 13/01/2016 e os valores recebidos do COMPREV serão aplicados no Fundo **CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP**. Seguindo foi apresentada a **Lei Municipal nº 993, de 06 de janeiro de 2016, a qual dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Santa Albertina com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS**, estando o Comitê de Investimentos, o Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal de acordo com a formalização do ajuste, foi aprovado que a Diretoria Executiva insira a formalização do parcelamento no site do Ministério da Previdência. Seguindo foi também apresentada a **Portaria nº 375, e 30 de novembro de 2015**, expedido pelo Poder Executivo Municipal, a qual designa o **Agente de Controle Interno Municipal**, sendo o senhor **EDER VELLLO o responsável pelo Controle Interno do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina**. Em seguida o Comitê de Investimentos deu ciência do teor da reunião à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo na presença do Conselho Fiscal, os quais ratificaram as decisões tomadas. Continuando ficou definido que próxima reunião ordinária do **Comitê se dará em 11 de fevereiro de 2016, às 13h30min**. Em seguida a secretária agradeceu a participação dos membros envolvidos, dando por encerrada a presente reunião. Nada mais havendo a tratar eu Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Secretária, lavrei a presente ata, que após lida achada conforme e aprovada, vai assinada por mim e por todos os presentes.

Santa Albertina, 13 de janeiro de 2016.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS:

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: _____

Rosângela Marisa Tezzon: _____

Sebastião Batista da Silva: _____

CONSELHO DELIBERATIVO:

Ellen Sandra Ruza Polisel: _____
Osmar Games Martins: _____
Silmara Porto Penariol: _____
Carlos César de Oliveira: _____
Sebastião Batista da Silva: _____

CONSELHO FISCAL:

Sônia Aparecida Fiorilli: _____
Isvaldir Lopes Veigas: _____
Izuméria Aparecida da Costa Prajo: _____

DIRETORIA EXECUTIVA:

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: _____
Rosângela Marisa Tezzon: _____
Célia Maria Bassi: _____